

REFLEXO DOS INVESTIMENTOS NO MERCADO EXTERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Janice Penner Ott¹

Renata Torales²

Eduardo Mauch Palmeira³
profpalmeira@gmail.com

RESUMO

Este artigo observa um estudo dos reflexos dos investimentos que ocorrem no mercado exterior, com ênfase nos seus benefícios para o desenvolvimento do país. Objetivo geral: Investigar os Reflexos dos investimentos no mercado exterior para economia que interferem no desenvolvimento de um País, tomando, por exemplo, o Brasil; e específicos: Apresentar noções gerais, sobre tributação e benefícios fiscais relativos ao Comércio Exterior; Analisar os tributos que incidem sobre a importação e a exportação. Métodos: estudo bibliográfico descritivo-exploratório. Conclusão: a globalização alterou profundamente o mercado e por consequência a economia em âmbito global, havendo a abertura dos portos, e inserção de produtos importados o que conferiu ao panorama econômico caráter essencialmente competitivo para as empresas; os tramites das negociações de importação/exportação atualmente simplificam-se a cada dia mais e mais na intensão de agilizar os tramites internacionais a isenção comumente observada através do Mercosul, foi a do ICMS, mesmo por que grandes são os reflexos destas negociações em âmbito mundial, para o Brasil em especial as negociações tem firmado sua posição no mercado como um país próspero.

Palavras-chave: Mercado. Importação. Exportação. Internacional. Investimento.

GLIMMER OF INVESTMENTS IN FOREIGN MARKETS DEVELOPMENT OF BRAZIL

ABSTRACT

This article notes a study of reflexes that occur from investments in overseas markets, with emphasis on its benefits for the country's development. General Objective: To investigate the reflexes of investments in overseas markets to the economy that affect the development of a country, taking, for example, Brazil, and specific: Provide general notions on taxation and tax benefits related to foreign trade, analyze the taxes that focus on the import and export. Methods: An exploratory descriptive literature. Conclusion: globalization has profoundly altered the market and thus the global economy, with the opening of the ports,

¹ Acadêmica do Curso Administração de Empresas – URCAMP, campus Bagé RS.

² Acadêmica do Curso Administração de Empresas – URCAMP, campus Bagé RS.

³ Professor do Centro de Ciências da Economia e Informática, Campus de Bagé – Universidade da Região da Campanha – URCAMP e Economista da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Mestre em Integración Económica Global y Regional, pela Universidad Internacional de Andalucía da Espanha (UNIA-ES), Graduado em Ciências Econômicas e Especialista em T.I pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) – RS/Brasil. Professor do Curso latu sensu (especialização e MBA). Consultor e palestrante da EMP Assessoria e Consultoria Empresarial. profpalmeira@gmail.com

and the inclusion of imported products that gave the character essentially competitive economic outlook for companies, the procedures of negotiations for import / export currently to simplify every day more and more intent on streamlining the procedures for international relief commonly observed through Mercosur, was the ICMS, even by that great are the reflections of these negotiations worldwide, particularly for Brazil in the negotiations have firmed its market position as a prosperous country.

Keywords: Market. Importation. Export. International. Investment.

1 INTRODUÇÃO

A globalização propiciou intercâmbios de bens e serviços entre os países em um fluxo contínuo, ágil e interativo, como resultado se formaram grupos regionais, sendo então firmadas alianças que tem por objetivo viabilizar que países unidos possam disputar com maiores possibilidades de sucesso sua fatia no mercado internacional (VAZQUEZ; 2009). Portanto neste novo panorama mercadológico o Comércio Exterior conferiu, às empresas dos mais diversificados ramos, competitividade.

Frente ao exposto compreende-se por natural a valorização das ciências contábeis, pois é através dela que se realizam transações comerciais entre os países. Mais especificamente através de sua ramificação: a Contabilidade Financeira que produz “demonstrativos financeiros para entidades e usuários externos – como acionistas, credores e, governo” (COSTA; 2011, p.1); a ciência do patrimônio, neste sentido absorve, “através de um processo restrito e regido por padrões regulatórios oficiais e autoridades fiscais, e por requisitos de auditoria de instituições independentes de contadores” a responsabilidade de legitimar os tramites operacionais entre países.

Conforme o abordado compreende-se que a contabilidade financeira também tem por missão preparar as empresas e oferecer respaldo ao governo nesta nova era, auxiliando ambos a vencer desafios através do condicionamento correto da empresa para lutar e vencer na arena internacional (VAZQUEZ; 2009).

No contexto observa-se a relevância de se ter conhecimento das regras cambiais de nosso país, assim como das fontes e as condições financeiras para as exportações; e, por fim das diversificadas operações do comércio internacional, onde estão inseridos: a Política Brasileira de Importação; Política Brasileira de Exportação; Regimes aduaneiros; câmbios; financiamento entre outros.

Na forma de iniciativa bilateral o Mercosul, iniciou suas atividades na segunda metade dos anos 80, observando uma aliança/união, a princípio entre o Brasil e Argentina e

posteriormente do Uruguai e o Paraguai, sendo resultante da evolução de algumas situações tais como o intercambio de mercadorias entre os países, era taxado para uma área de livre comercio posteriormente, para a formação de uma união aduaneira com a definição de uma Tarifa Externa Comum (TEC) dos países fundadores em relação ao resto do mundo (GIAMBIAGI, 2011, p.2).

Atualmente o “MERCOSUL está constituído por quatro estado parte, a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, que assinaram o tratado de Assunção em 26 de março de 1991.”

Conforme informa o Portal Oficial (2011, p.1) existem, seis Estados associados a este, que são: A República da Bolívia – Desde 1997; A República do Chile – Desde 1996; A República da Colômbia – Desde 2004; A República do Equador – Desde 2004; A República do Peru – Desde 2003. Na abordagem questiona-se se quais os custos que envolvem os tramites de importação/exportação dos produtos?

No exposto apresenta-se como objetivo geral: Investigar os Reflexos dos investimentos no mercado exterior para economia que interferem no desenvolvimento de um País, tomando, por exemplo, o Brasil; e específicos: Apresentar noções gerais, sobre tributação e benefícios fiscais relativos ao Comércio Exterior; Analisar os tributos que incidem sobre a importação e a exportação.

O método utilizado caracteriza-se como bibliográfico descritivo-exploratório, neste sentido estrutura-se o artigo em duas partes, onde uma observa conceitos, fundamentos e instruções sobre procedimentos relativos ao comércio exterior, e a segunda trata de um debate dos reflexos destes tramites, onde se preconiza uma busca de efeitos observados no ambiente *on line*.

2 COMÉRCIO EXTERIOR: CONCEITOS, TRIBUTOS E TAXAS

Menezes e Ramos (2006, p. 42) consideram que o inicio do comércio exterior se deu devido ao fato de “nenhum país, por mais rico que seja, consegue ser auto-suficiente, ou seja, produzir tudo o que a sua população necessita para viver, e principalmente para que suas indústrias e firmas prestadoras de serviços consigam desenvolver-se”, assim sendo essa necessidade provocou a circulação de mercadorias.

Segundo Bizelli e Barbosa (2001, p.13) O comércio internacional é setor de primordial importância para todos os países independente do seu estágio de desenvolvimento.

Contudo absorve-se a consciência de que, “da expansão do intercâmbio e da melhoria das condições de troca, muito depende o crescimento econômico”. Os autores referem que “nas nações mais poderosas os esforços são renovados, visando a melhores posições no mercado mundial, necessárias à manutenção do ritmo de desenvolvimento e, assim, do prestígio de que desfrutam entre as demais nações”(BIZELLI; BARBOSA; 2011).

Para os autores:

A política de comércio exterior brasileira está basicamente voltada para o desenvolvimento econômico, tendo como meta prioritária a elevação das receitas provenientes da exportação em níveis compatíveis com as exigências do progresso do País, isto é, aqueles necessários ao atendimento da crescente procura de matérias-primas, produtos semi-elaborados, máquinas e equipamentos imprescindíveis à expansão e à renovação do parque industrial e bem assim dos compromissos decorrentes de importações destinadas à execução de projetos prioritários setoriais e regionais (BIZELLI; BARBOSA, 2001, p.14).

Contudo, o Comércio Exterior conta com sistemas de apoio, para facilitar os tramites internacional que proporcionem agilidade e redução de custos (BORGES, 2009, p.34), assim sendo tornou-se relevante que os órgãos envolvidos no Comércio Exterior brasileiro tivessem “sistemas de acompanhamento, de controle e de banco de dados das operações de exportação e importação”, e com este propósito nasceram o Sisbacen e o Siscomex, apresentados de forma resumida entre outros órgão e sistemas apresentados a seguir.

- SISBACEN - Sistema de Informação do Banco Central do Brasil (1985):
 - Características: SO – Software
 - Objetivo: favorecer ao BB o acompanhamento e controle de operações bancárias (ex.: compra e venda de moeda estrangeira)
 - Funcionamento: Nele o BB identifica o comprador e o vendedor da moeda e forma de negociação / Cada usuário tem acesso diferenciado ao SO.
 - Usuários do SO: O próprio BACEN, os agentes financeiros autorizados, e demais usuários.
 - Benefícios: Mercado de câmbio mais livre, desburocratização dos tramites.
 - Exigência para o sucesso do SISBACEN: “Todas as operações de câmbio de exportação e importação tem que ser obrigatoriamente registradas no SO”, todos os envolvidos “são responsáveis pelas informações registradas, respondendo por elas”.

- SISCOMEX - Sistema Integrado do Comércio Exterior (Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992)
 - Características: SO – Software
 - Objetivo: Reunir todas as informações sobre as ações de Comércio Exterior no Brasil (Documentos, contratos, movimentações e empresas)
 - Controle e acompanhamento dos processo de importação e exportação.
 - - São registrados documentos utilizados na exportação e na importação;
 - Funcionamento: “Permite um fluxo único de informações e o acompanhamento *on line* das exportações brasileiras por todos os participantes envolvidos”. Através deste foi “criado um documento único”, denominado “Registro de Exportação (RE)”, neste “todos os intervenientes federais têm acesso ao acompanhamento e ao controle das exportações, além dos próprios exportadores, órgãos anuentes”.
 - “Em 1º de janeiro de 1997, [...] os procedimentos de importação”, tiveram o “seu acompanhamento e o controle informatizados”.
 - Exigência para o sucesso do SISCOMEX: três órgão são responsáveis pelo seu funcionamento: Secretária do Comércio Exterior (Secex); Secretaria da Receita Federal (SRF) e o Banco Central do Brasil (BACEN).
 - Benefícios: “Os exportadores podem fazer consultas e acompanhar o processo de exportação”.
 - Participantes do Siscomex: órgãos responsáveis para autorizar/anuir os tramites do SO; usuários exportadores e importadores; depositários de cargas; transportadores; e despachantes.

Para Borges (2009, p.40), os dois sistemas ocorrem de forma eletrônica – São através destes sistemas que se preenche o Registro de Exportação (RE), ou Licença de Importação (LI) entre outros documentos necessários para ambos os fins (ver ANEXO 01 – modelo de LI).

Cabe ressaltar que “as responsabilidades para autorizar (ou anuir) no Siscomex as exportações ou as importações de produtos que têm uma legislação específica (tratamento administrativo) fica a cargo dos cargos anuentes que também são participantes do Siscomex” (BORGES, 2009, p.38), sendo estes: Ancine; Aneel; ANP; Anvisa; BB; Cnen, Comexe, Cotac, Decex; DNPEM; DPF; Ibana; Inmetro; Mapa; MCT; MD; Spae;

- Despacho aduaneiro de importação

Conforme Fazenda.Gov (2011, p.1) o despacho aduaneiro de mercadorias na importação é um “procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação a mercadorias importadas, os documentos apresentados e a legislação específica com vistas ao seu desembaraço aduaneiro”; processado por meio de Declaração de Importação (DI) que deve estar registrada no Siscomex, “nos termos da Instrução Normativa SRF nº 680”, em alguns casos o importador pode optar por o despacho simplificado (feito pelo Siscomex ou formulários comuns).

Neste sentido, inseridos no procedimento de despacho está o processo de análise da habilitação da pessoa jurídica para utilizar o Siscomex (se está em vigor), em que categoria se enquadrado o processamento (exemplo: despacho para consumo). Assim sendo “antes de iniciar uma operação de importação, o interessado deve sempre verificar se a mercadoria a ser importada esta sujeita a controle administrativo” (FAZENDA.GOV, 2011).

- Incoterms (International Commercial Terms / Termos Internacionais do Comércio)

Incoterms refere-se a um conjunto de termos internacionais utilizados no comércio exterior, que “surgiram em 1936, quando a Câmara Internacional do Comércio – CCI, com sede em Paris, interpretou e consolidou as diversas formas contratuais que vinham sendo utilizadas no comércio internacional”, decorre do constante aperfeiçoamento dos processos existentes no âmbito do comércio exterior, da inserção de tecnologias mais sofisticadas e popularmente é conhecido com um novo conjunto de regras (BRASIL; 2011).

Segundo Aprendendoaexportar.gov (2011) os Incoterms [...] servem para definir, dentro da estrutura de um contrato de compra e venda internacional, os direitos e obrigações recíprocos do exportador e do importador”.

Os Incoterms, são siglas, facilitadoras nos tramites relativos ao comércio exterior, representadas por três letras, e também denominadas “cláusulas de preço, pelo fato de cada termo determinar os elementos que compõem o preço da mercadoria” (ATLANTAADUANEIRA, 2011).

- Contribuição Para Financiamento da Seguridade Nacional (CONFINS)

O COFINS trata-se de uma contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Sua alíquota é de 7,6% para as empresas tributadas pelo lucro real (sistemática da não-cumulatividade) e de 3,0% para as demais. Tem por base de cálculo: o faturamento mensal (receita bruta da venda de bens e serviços) ou total das receitas da pessoa jurídica (GERMANO; 2011). A base de cálculo do seu cálculo para as empresas optantes por Lucro Presumido é de 3%, e para as empresas que optaram por o Lucro Real, 3,8% (PEREIRA; 2011).

- Programa de Integração Social (PIS)

O PIS Foi criado pelo Governo Federal com o “objetivo promover a integração entre o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, visando uma melhor distribuição da renda nacional. [...] é destinado aos empregadores do setor privado (BLOG BRASIL, 2011).

- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

O ICMS, é “[...] imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 155, II, da CF/88, alcança as seguintes operações: circulação de mercadorias; energia elétrica, combustíveis e minerais; serviços de transportes interestadual e intermunicipal (rodoviário, ferroviário, aéreo, aquaviário e marítimo); serviços de comunicação.

- Taxa de Utilização do Siscomex (TUS)

O TUS foi instituído em 1997, mantendo-se por longos anos sem reajuste; atualmente conforme Portaria MF nº 257, fixa-se em R\$ 185,00” (CAMPOS, 2011), segundo o autor, o elevado aumento se deu devido a “necessidade de recursos para custear os serviços e projetos da aduana”.

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Configura-se uma ação normativa, correlata a inspeção e fiscalização sanitária – conforme o artigo 5º do Regulamento de Imposto Sobre Produto Industrializados (aprovado

pelo Decreto nº 4,544, de 26 de dezembro de 2002), “somente não é considerado industrializado o preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem”.

- Honorários, Frete e Banco

Para se realizar registro, legalizando um determinado produto, devem ser solicitados serviços de um contador/contabilista habilitado”, frente a solicitação de propostas de prestação de serviços, englobando o valor dos honorários e o escopo do serviço a ser prestado (SEBRAE; 2011, p.32).

- Câmbio

A taxa de câmbio recorre em efeitos fiscais, “para calculo do imposto de importação é necessária a conversão do valor a conversão do valor da mercadoria expresso em moeda estrangeira para moeda nacional, através da taxa de câmbio vigente na data em que se considera ocorrido o fato gerador”

Conforme Gitman (2004, p.649) “certas proporções das receitas e dos custos” em empresas que se utilizam o Comércio Exterior “são denominadas em moedas estrangeiras”, portanto convém conhece-las considerando o risco de câmbio. São consideradas moedas fortes “a libra esterlina (£), o euro, o iene (¥), o dólar canadense (C\$) e, o dólar norte-americano (US\$)”, (funciona como moeda principal nas finanças internacionais há quase 60 anos).

Segundo Ratti 2001 p. 139 “A taxa cambial mede o valor externo da moeda. Fornece uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e dos preços destes nos demais países.”

- Exportações

As exportações são vendas de produtos ou serviços de uma empresa localizada em um país para outra que se encontra localizada em um segundo país. “A Exportação de uma mercadoria se configura quando ela é disponibilizada ao comprador estrangeiro em local e prazo estipulado em contrato de compra e venda internacional” (CORTIÑAS; LOPEZ; GAMA, 2005. p. 190).

Quando falamos em exportar, queremos que nosso produto seja reconhecido no mundo todo, mas para isso precisamos identificar os possíveis compradores no mercado externo.

Com o avanço da tecnologia nos permite comunicações imediatas com as mais distintas regiões do planeta, possibilitando os melhores negócios no exterior. Isso nos possibilita ser tão bons quanto os outros países. O comércio exterior adquire cada vez mais importância para o empreendedor que queira realmente crescer, como para a economia brasileira gerando renda.

Conforme Diniz, Kursk e Sandrino (2011) a exportação é uma das melhores formas de uma empresa alavancar seu crescimento. Boa parte das empresas que iniciam seu processo de exportação tem um crescimento considerável perto das empresas concorrentes que não exportam. Além dos ganhos financeiros, em consequência do aumento das vendas, as vantagens da internacionalização são inúmeras, as principais são:

- Melhorar a competitividade no mercado interno;
- Aumento das vendas e dos lucros;
- Aumento do *market share* (participação no mercado);
- Diminuição da dependência do mercado interno;
- Possibilidade de contato com novas tecnologias;
- Melhoria no escoamento da capacidade ociosa e menor impacto da sazonalidade.

Para Minervine (2008 p.4), “A maior vantagem da exportação é possibilitar o confronto com outras realidades, outros concorrentes outras exigências”, o que se traduz em competitividade.

Em geral estudos de Minervine (2008) Diniz, Kursk e Sandrino (2011), Cortiñas, Lopez e Gama, (2005) a prática de exportar requer alguns cuidados e atenções para com o exportador, sendo estas: o retorno pode vir a longo prazo; pode haver a necessidade de adaptações nos produtos; especialização de mão de obra para divulgar, manusear e auxiliar o cliente, futuro consumidor a utilizar o produto; correr o risco de entraves logísticos.

- Importações

“Importação nada mais é do que a aquisição que o país faz de bens ou serviços provenientes de produtores estrangeiros” (DINIZ; GURSKI; SANDRINO; 2011, p.8). As importações são muito importantes para o país desde que não se sobreponham às exportações.

Com as diferenças geográficas clima e solo os países tem suas produções em função do custo menor. Por isso é necessária a importação. O que não se obtém em um determinado

país possui no outro e assim sucessivamente, uma troca de produtos. Muitas vezes é mais barato importar do que produzir, pois não se obtêm mão de obra qualificada, matéria prima. A importação ainda pode ser conveniente porque permite ao país comprador adquirir uma mercadoria de alta tecnologia.

- Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme Siqueira e Cardoso (2011, p.1), o PIB:“é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia para mensurar a atividade econômica de uma região representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado”.

Segundo Leite (2011, p.14) para se comparar ou analisar o comportamento do PIB de um país ao longo do tempo, é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real.

Palmeira (2005 p. 47) observa que: “O PIB Nominal é simplesmente a soma das quantidades de bens finais produzidos vezes seus preços concorrentes/ O PIB Real é calculado com as somas das quantidades de bens finais multiplicados por preços constantes (em vez de preços concorrentes).”

Analizamos que o primeiro diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, já o segundo é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base onde é feito o cálculo do PIB eliminando assim o efeito da inflação.

3 REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O MERCADO

O enorme crescimento do comércio internacional ao longo das últimas décadas é consequente da globalização, neste sentido o advento oportunizou que os consumidores de todo o mundo (independente de classe social, etnia ou outros) desfrutassem de uma vastíssima gama de produtos.

De acordo com Maia (2001 p. 69) “O objetivo da globalização seria beneficiar o consumidor que usufruiria de produtos mais baratos...”. Neste novo panorama houve um destaque para o aumento do comércio internacional que por sua vez impulsionou o

crescimento econômico, aumentando as receitas, criando empregos, reduzindo os preços e aumentando os direitos dos trabalhadores, conforme o constatado:

A globalização remove as barreiras a livre circulação mercadológica, o que transforma as empresas em todo o mundo com vantagens e desvantagens praticamente iguais. O que vai diferenciar as organizações em todo o planeta será o seu poder de caminhar junto a novas tecnologias desenvolvidas dentro desse sistema (JULIO L; 2011, p.1).

Assim sendo, compreende-se que a economia internacional foi sensivelmente atingida pela a globalização englobando exportações e importações, prestação de serviços, movimento de capitais; E são muitos os reflexos correlatos aos investimentos no mercado exterior, alcançando o progresso dos meios de comunicação, transformando o mundo de hoje em uma aldeia global, e inclusive, o progresso dos transportes que se tornaram mais rápidos, seguros e econômicos, entre outros benefícios, pois feito uma grande onda a globalização mexeu com estruturas diversas oportunizando um desenvolvimento muito grande da economia internacional.

3.1 MERCOSUL

O Mercosul é definido como uma iniciativa bilateral, resulta da evolução de negócios entre países, toma-se à exemplo o intercambio de mercadorias entre os países, formação de uma união aduaneira; e favoreceu o estabelecimento de Tarifa Externa Comum (TEC) entre os países fundadores (GIAMBIAGI, 2011, p.2). Partiu de quatro estados: a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Constitui-se hoje de seis Estados associados a este, que são: A República da Bolívia – Desde 1997; A República do Chile – Desde 1996; A República da Colômbia – Desde 2004; A República do Equador – Desde 2004; A República do Peru – Desde 2003 (PORTAL OFICIAL; 2011, p.1).

Segundo Camara.gov (2011, p.1), o Mercosul condicionou ao avanço do Comércio Exterior, de forma que atualmente, no Brasil, assiste-se a uma “mudança estrutural das contas externas brasileiras, que tem profundas implicações [...]. temos o câmbio competitivo, flexível, que viabilizou e tornou rentável o setor exportador, aliada a um ambiente de liberalização das importações, de tarifas médias de importação baixas”, neste sentido observa-se uma expansão “sustentada de exportações e importações, o que está mudando [...] o coeficiente de abertura da economia brasileira, que era muito baixo”.

Conforme Senado (2011, p.3) as “As importações do MERCOSUL, no primeiro trimestre de 2011 cresceram 17% em relação ao primeiro trimestre do ano passado”, havendo uma valorização do agronegócio. Contudo há a necessidade de “eliminação de impostos e novas linhas de financiamento [...] como forma de fortalecer o comércio de agronegócio”, assim salienta o autor a necessidade (especulativa) de um fortalecimento/ valorização das relações com a Argentina.

3.2 TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS/COMPARATIVAS

As ideias de *Adam Smith* em seu livro *A Riqueza das Nações* editada em 1776 deram origem a Teoria das Vantagens Absolutas, que conforme Granzotto (2011, p.4) tem por ideias básicas: “a especialização das produções, motivada pela divisão do trabalho na área internacional, e as trocas efetuadas no comércio internacional CONTRIBUÍAM para o aumento do bem-estar das populações”, assim sendo a teoria das vantagens absolutas no diz que: “Cada país deve concentrar seus esforços no que pode produzir a custo mais baixo e trocar o excedente desta produção por produtos que custem menos em outros países”(GRANZOTTO; 2011, p.4).

“A teoria das Vantagens Absolutas não explicava totalmente as bases do comércio e, [...] apresentava uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio” (RAINELLI, 1998 apud CORONEL; DESSIMON; 2011, p. 3).

A seguir David Ricardo em 1817 em estudos a teoria de Adam, elaborou a Teoria das vantagens comparativas, que implanta a ideia que: “o comércio internacional será vantajoso até mesmo nos casos em que uma nação possa produzir internamente a custos mais baixos do que a nação parceira, desde que, em termos relativos, as produtividades de cada uma fossem relativamente diferentes” (GRANZOTTO; 2011, p.4), o que significa que dois países podem se beneficiar do comércio mútuo se cada um tiver uma vantagem comparativa na produção de qualquer produto.

Através da vantagem comparativa, conforme Granzotto (2011, p.4):

[...] a especialização internacional seria MUTUAMENTE VANTAJOSA em todos os casos em que as nações parceiras canalizassem os seus recursos para a produção daqueles bens em que sua eficiência fosse relativamente maior.

Assim, ao conduzir à especialização e a divisão internacional do trabalho, seja por desiguais reservas produtivas, por diferenças de solo e de clima ou por desigualdades estruturais de capital e trabalho, o comércio exterior aumenta a

eficiência com que os recursos disponíveis em cada país podem ser empregados. E este aumento de eficiência, possível sempre que observarem vantagens comparativas, eleva a produção e a renda nos países envolvidos nas trocas.

Conforme o abordado, ambas as teorias tratam-se de estimativas relacionada aos tramites do comércio exterior, a exemplo quando se ouve falar que os negócios entre Brasil e China, com destaque para a produção de soja, onde a China juntamente com a União Européia, são responsáveis pela compra de aproximadamente 80% das exportações de soja e feijão (CORONEL; DESSIMON; 2011, p.2), verifica-se que o Brasil vem apresentando uma vantagem comparativa.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como bibliográfico; descritivo-exploratório, pois conforme Gil (2007, p.29) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado; As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito (p.27); é descritiva por ter sido elaborada na identificação de relações entre variáveis (p.27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comércio Internacional, ou comércio exterior, decorre da necessidade de intercambio de bens e serviços entre países, neste sentido ele beneficia tanto aos usuários distintos, ou seja, a populações diversas, quanto aos comerciantes, e o governo.

Ele se desenvolve frente à observação de relações de trocas e é interessante para todos os países independente do estado de desenvolvimento em que este se encontra, assim como para as empresas. O comércio exterior credita uma capacidade competitiva a todos os envolvidos; aumenta das vendas, portanto as margens de lucro; acresce o *market share* (participação no mercado); reduz a dependência do mercado interno; proporciona melhor escoamento da capacidade ociosa e menor impacto da sazonalidade. Os movimentos relativos ao comércio exterior refletem-se no PIB, um forte indicador que mensura a atividade econômica de uma determinada região, mas também refletem nas relações de negociação de dividas do país, por exemplo, favorecendo renegociações.

A exportação, sendo a atividade que caracteriza a abertura do país para o mundo absorve uma integração entre distintas culturas, no reconhecimento (investigação) das

demandas de mercado. Exportar é atualmente, uma exigência política de ordem econômica e nacional; favorece vendas externas; e prestígio para a empresa e o país em que está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRENDENDO A EXPORTAR.GOV. Site. **Informações úteis: Incoterms**. Disponível em: < <http://www.aprendendoaexportar.gov.br/informacoes/incoterms.htm> > Acesso em 23 de Nov. 2011.

ATLANTA ADUANEIRA, Site. **INCOTERMS – Termos Internacionais** Do Comércio. Disponível em: <<http://www.atlantaaduaneira.com.br/incoterms.html>> Acesso em 23 de mai. 2011

BIZELLI, José Dos Santos; barbosa, Ricardo. **Noções Básicas De Importação**. 8ª Edição. São Paulo, Aduaneiras. 2001, 241p.

BLOG BRASL. **Saiba Mais Sobre O PIS**. Disponível em: < <http://www.blogbrasil.com.br/saiba-o-que-e-pis/>> Acesso em: 22 de Nov. 2011.

BORGES, Joni Tadeu. **Financiamento Ao Comércio Exterior. O Que Uma Empresa Precisa Saber**. 1ª Ed. Curitiba. Editora: IBPEX. 2009. 256p.

BRASIL, Site Do Ministério Do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior. **Termos Internacionais do Comércio – INCOTERMS**. Disponível em: <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/sitio/paginas/comExportar/origem.html> > Acesso em 23 de Nov. 2011.

BRASIL, Ministério da Fazenda; Site Da Receita Federal. **Despacho Aduaneiro de Importação./Tributos Incidentes na Importação/Documento de Instrução da DI** Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/procaduexpimp/DespAduImport.htm>> Acesso em 24 de Nov. de 2011.

CAMARA.GOV, Site - Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Conjunta Do Mercosul. Clipping Especial. 23/11/04 Caderno Especial. **Comércio Exterior**. Disponível em: < http://www.camara.gov.br/mercosul/A_RelatorioAtiv/CE_Comercio-Exterior_24-11-07-12.htm > Acesso em 09 de Nov. de 2011.

CORTIÑAS LOPES, José Manuel; GAMA, Marilza. **Comércio Exterior Competitivo**. 2. ed. São Paulo: Lex Editora, 2005.

COSTA, PROF. Reinaldo Pacheco Da Costa. **A Contabilidade Gerencial**. Disponível em: < <http://cienciascontabeis-brasil.blogspot.com/2011/03/contabilidade-gerencial.html>> Acesso em 26 de Nov. de 2011.

FAZENDA, Site da Caixa Econômica Federal. Ministério da. **Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006. Disciplina o Despacho Aduaneiro de Importação**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2006/in6802006.htm> > Acesso em 22 de Jun. de 2011.

GIAMBIAGI, Fábio. **Uma Proposta De Unificação Monetária Dos Países Do Mercosul.** Disponível Em: <<http://www.rep.org.br/pdf/68-1.pdf>> Acesso Em: 06 de mai. de 2011.

MAIA, Jayme de Mariz, **Economia Internacional e Comercio exterior.** 7 ed. editora Atlas 2001.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar Projetos de Pesquisas.** 5ª Edição. Editora: Atlas.2010.

GRANZOTTO, Alexandre. **Resumão: Relações Econômicas Internacionais.** Disponível em: < http://www.guiadoconcursopublico.com.br/apostilas/12_150.pdf > Acesso em 28 de Out. de 2011.

DINIZ, Conrado de M.; GURSKI, Fábio; SANDRINO, Samuel; **Comércio Exterior Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/arquivos/Publicacoes/textos%20para%20discussao/ComercioExterior.pdf> > Acesso em 25 de Nov. de 2011.

JÚLIO L, Site Facilita Já.com.br. **Globalização do Comércio Internacional.** Disponível em: < <http://pt.oboulo.com/globalizacao-do-comercio-internacional-19756.html> > Acesso em 02 de Nov. de 2011.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENEZES, Mindé Badauy de; RAMOS, Wilsa Maria. Brasília 2006. **Livro de Estudo: Módulo IV.** – Brasília MEC. Secretaria da Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, Programa de Formação Inicial Para Professores em Exercícios na Educação Infantil. Coleção Proinfantil, Módulo IV, Unidade 6. Vol. 1. 123p.

MINERVINI, Nicola, **O Exportador.** 5 ed. São Paulo: Pearson 2008.

PALMEIRA, Eduardo Mauch, **Estimação de funções de Importação e Exportação,** 2005.

PEREIRA, João Aleixo. **Empresas de Prestação de Serviços. Lucro Presumido ou Lucro Real?** João Aleixo Pereira / Sócio Diretor de Aleixo & Associados Contab. e Assessoria Ltda. Disponível em: < http://www.cebrasse.org.br/downloads/html/lucro_presumido_real.html > Acesso em 24 de Nov. de 2011.

PORTAL OFICIAL, MERCOSUL. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: < <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/faqs.html#2> > Acesso em 08 de Nov. de 2011.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e câmbio.** 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001

SENADO, Jornal do. **Impostos e Burocracia Prejudicam o Agronegócios / Bloco Precisa Integrar sua Cadeia Produtiva.** Produtor Brasileiro é Eficiente, mas Distorções nas Relações Comerciais O Deixam em Desvantagem no Mercosul, dizem Participante do Debate da CRA. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/110418.pdf > Acesso em 08 de Nov. de 2011.

VASQUEZ, José Lopes, **Comércio Exterior Brasileiro** 9ª ed. São Paulo: Atlas S.A. 2009.